

POLÍTICA ECONÔMICA

Secretário do Tesouro, Carlos Kawall, diz que não é mais possível reduzir o gasto público para aumentar o superávit primário, defende a reforma do sistema tributário e o corte das despesas correntes

Dívida Pública

O esgotamento de um modelo

DA REDAÇÃO

O secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, disse ontem que o cumprimento da meta fiscal por meio de aumentos na tributação não é mais uma alternativa viável e que o modelo se esgotou. Em palestra na 40ª Assembleia Anual da Federação Latino-Americana de Bancos (Felaban), Kawall classificou a carga tributária como excessiva e criticou a estrutura do ICMS, a oneração do investimento privado e a CPME.

"Caminhamos para o oitavo ano seguido de cumprimento da meta fiscal. Reduzir o gasto público visando à elevação do superávit primário, seria a opção errada. É insuficiente o mero cumprimento da meta fiscal, que tem sido conseguido com uma elevação da carga tributária. Esse caminho não é mais viável, se esgotou o ciclo de elevação da carga tributária."

Kawall acenou com uma possibilidade de, no futuro, o governo vir a reduzir a carga tributária e melhorar a qualidade dos impostos, sem descuidar do equilíbrio fiscal e defendeu "uma estratégia de conter gasto e racionalizar a estrutura tributária", de forma a atuar sobre tributos que causam distorções. Ele citou brevemente, sem entrar em detalhes, a CPME entre as distorções do sistema tributário, por encarecer as transações financeiras; além da estrutura do ICMS e os tributos sobre investimento privado.

"Temos carga tributária

excessiva. Trinta e sete por cento do PIB é alto até para países desenvolvidos", disse. O secretário foi vago e deixou claro que não há ainda decisões nem prazos. "Qualquer redução da carga tributária tem que ser custeada com a redução do gasto do governo", afirmou.

Segundo ele, a diferença entre o Brasil e outras economias emer-

gentes tem diminuído, mas é necessário fazer avanços, atacando o custo do crédito e fazendo reformas em infra-estrutura. "Temos que ter uma agenda que envolva reformas institucionais pois caminhamos para um crescimento maior em 2007."

O secretário ressaltou que o governo está discutindo corte de seus gastos correntes e disse considerar fundamental que essa redução ocorra, mas não quis dar detalhes sobre como será feita. "Isso está sendo discutido e no momento oportuno, com o aval do presidente da República, será anunciado. Existe uma preocupação com esta questão (dos gastos correntes) e estamos analisando as alternativas", disse.

Kawall defendeu a diminuição das despesas públicas também para permitir aumentar o investimento público.

Kawall confirmou que as reservas internacionais deverão superar US\$ 80 bilhões nesta semana, nível recorde para o país, após a emissão de US\$ 1,5 bilhão feita pelo Tesouro na semana passada. Ele disse que defende reservas internacionais sólidas como a melhor maneira de garantir que a inflação se mantenha reduzida a médio e longo prazos.

"É muito possível que no ano que vem possamos ter papéis prefixados de dez anos sendo lançados no mercado interno." Segundo Kawall, no primeiro semestre de 2007, os títulos prefixados devem superar os indexados à Selic na composição da dívida pública interna.



Marcelo Ferreira/CB - 15/8/06

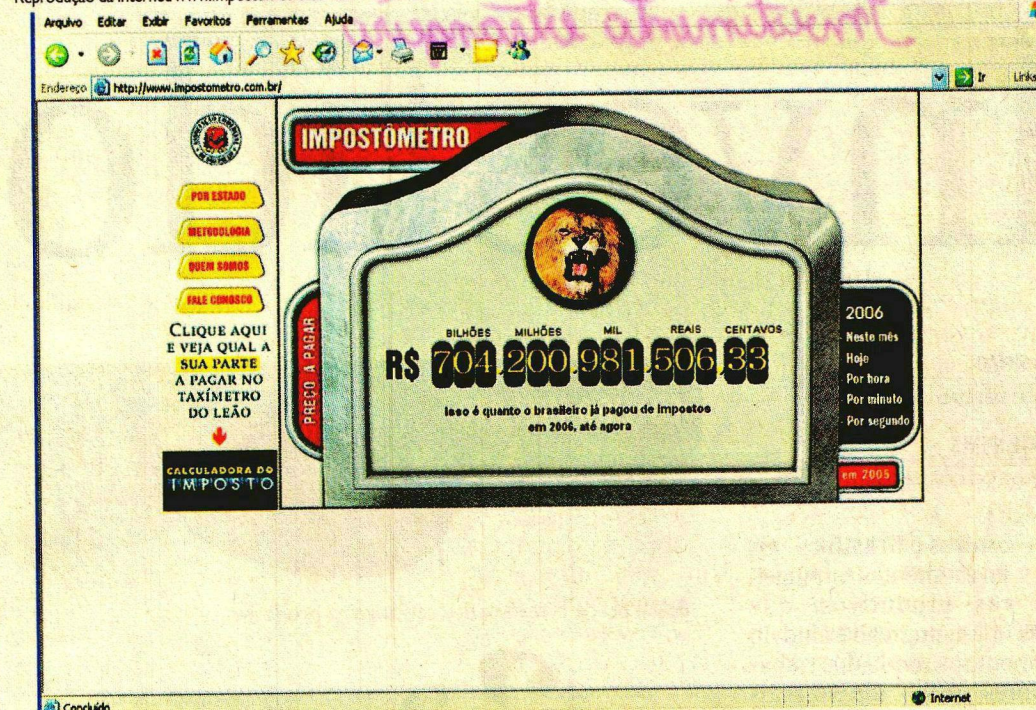
DISTORÇÃO

"TEMOS CARGA TRIBUTÁRIA EXCESSIVA. TRINTA E SETE POR CENTO DO PIB É ALTO ATÉ PARA PAÍSES DESENVOLVIDOS"

Carlos Kawall,
secretário do Tesouro
Nacional

ARRECADAÇÃO JÁ ESTÁ EM R\$ 704 BILHÕES

Reprodução da internet/www.impostometro.com.br - 13/11/06



O impostômetro — uma espécie de taxímetro, que marca o quanto os governos federal, estaduais e municipais arrecadam por ano — marcava ontem mais de R\$ 704 bilhões. Criado em protesto contra a alta carga tributária do país por lideranças empresariais, abril de 2005, o painel está constantemente ligado e registra segundo a segundo a arrecadação governamental. O impostômetro está instalado no prédio da Associação Comercial de São Paulo e foi desenvolvido em parceria com o Instituto Brasileiro de

Planejamento Tributário (IBPT) com objetivo de esclarecer a população sobre o quanto pagam de impostos anualmente. Os dados utilizados para precisar a carga tributária brasileira são oficiais, divulgados pelos próprios órgãos governamentais como Receita Federal, Tesouro, INSS, Caixa Econômica Federal, IBGE, Tribunal de Contas da União e dos estados, além de dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), secretarias estaduais de Fazenda e dados que os municípios divulgam em atenção à Lei de Responsabilidade Social.